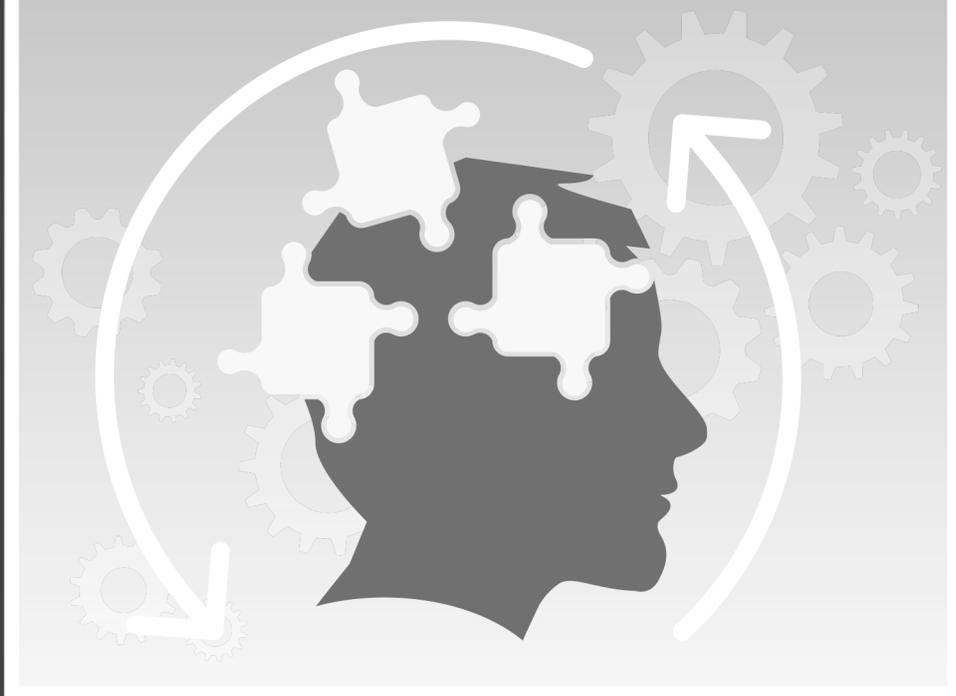


Letras e Linguística: Estrutura e Funcionamento 2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2020



Letras e Linguística:
Estrutura e
Funcionamento 2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

L649 Letras e linguística [recurso eletrônico] : estrutura e funcionamento 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-449-8

DOI 10.22533/at.ed.498200610

1. Letras – Pesquisa. 2. Linguística. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

CDD 410

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **LETRAS E LINGUÍSTICA: ESTRUTURA E FUNCIONALISMO – VOL. II**, coletânea de dezoito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área das Letras a partir de diálogos com suas subáreas e demais áreas das Humanidades.

Temos, nesse segundo volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam linguística e discurso; novas tecnologias; ensino de língua inglesa; LIBRAS e realidade surda.

Linguística e discurso traz análises relevantes como movimentos parafrásticos e polissêmicos, pronomes, gênero textual, ensino de gramática e discursos, seja o religioso, o médico ou o jurídico.

Em novas tecnologias são verificadas contribuições que versam sobre representações, argumentação em blogs, ambientes virtuais de aprendizagem e ensino médio presencial mediado por tecnologias.

Em ensino de língua inglesa são encontradas questões relativas a ludicidade, desenvolvimento e falantes nativos.

LIBRAS e realidade surda enfatiza abordagens sobre estratégias de aprendizagem de LIBRAS como segunda língua e atendimentos realizados para surdos na fonoaudiologia, precisamente na Clínica de Fonoaudiologia da UNICAP, Pernambuco.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MOVIMENTOS PARAFRÁSTICOS E POLISSÊMICOS NA DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE SUJEITO E IDENTIDADE	
Maria Deusa Brito de Sousa Apinagé	
Janete Silva dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4982006101	
CAPÍTULO 2	10
O EMPREGO DO PRONOME OBLÍQUO ÁTONO PROCLÍTICO À LUZ DA SOCIOLINGUÍSTICA	
Carla Barcelos Nogueira Soares	
Gisele Manhães do Couto	
Eliana Crispim F. Luquetti	
DOI 10.22533/at.ed.4982006102	
CAPÍTULO 3	24
A REPRESENTATIVIDADE DO GÊNERO TEXTUAL CAUSO GAUCHESCO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD	
Silvio Luis Sobral de Oliveira	
Mateus da Rosa Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.4982006103	
CAPÍTULO 4	31
A CONTRIBUIÇÃO DE BAKHTIN PARA O ENSINO DA GRAMÁTICA	
Jéssica Duarte de Souza	
Camila de Araújo Beraldo Ludovice	
DOI 10.22533/at.ed.4982006104	
CAPÍTULO 5	43
FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DE PODER: DISCURSO E IDEOLOGIA NO DISCURSO RELIGIOSO	
Josicarla Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.4982006105	
CAPÍTULO 6	53
O DISCURSO MÉDICO E O MONSTRO: SENTIDOS DE SAÚDE E CORPO PELA CIRURGIA BARIÁTRICA	
Thaís Silva Marinheiro de Paula	
Soraya Maria Romano Pacífico	
DOI 10.22533/at.ed.4982006106	
CAPÍTULO 7	70
DISCURSO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ERUDITO E O FILOSÓFICO	
Alexandre Luís Gonzaga	
DOI 10.22533/at.ed.4982006107	

CAPÍTULO 8	83
EU VOS <i>ORDENO</i> MARIDO E MULHER! A MEMÓRIA DISCURSIVA NO DILEMA DA UNIÃO CIVIL NO ESTADO BRASILEIRO	
Everaldo dos Santos Mendes	
Marildo de Oliveira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.4982006108	
CAPÍTULO 9	102
DA CONTESTAÇÃO POR DIREITOS DA MULHER NO SÉCULO XIX: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DE NÍSIA FLORESTA	
Erika Caroline de Oliveira Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.4982006109	
CAPÍTULO 10	111
APROPRIAÇÃO DO DISCURSO SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS: IMBRICAMENTO DE REPRESENTAÇÕES	
Silvelena Cosmo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.49820061010	
CAPÍTULO 11	121
ARGUMENTAÇÃO EM BLOGS: CONTRADIÇÃO E RESISTÊNCIA NOS DISCURSOS SOBRE CELULAR NA ESCOLA	
Maria Aparecida de Souza Carvalho	
Soraya Maria Romano Pacífico	
DOI 10.22533/at.ed.49820061011	
CAPÍTULO 12	131
MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NOS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM: O PROFESSOR DA ERA DIGITAL	
Daniella de Almeida Santos Ferreira de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.49820061012	
CAPÍTULO 13	141
O ENSINO MÉDIO PRESENCIAL MEDIADO POR TECNOLOGIA NA ESCOLA ESTADUAL SANTA RITA NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-AM	
Ricélia dos Santos Solart	
DOI 10.22533/at.ed.49820061013	
CAPÍTULO 14	159
AS CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NA EJA	
Amanda Stanislawski Reche	
Claudia Marchese Winfield	
DOI 10.22533/at.ed.49820061014	
CAPÍTULO 15	164
LICENCIATURA EM LETRAS INGLÊS: VEREDAS PERCORRIDAS DA CHEGADA AO	

ENSINO SUPERIOR À IMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO NO ESTADO DO PARÁ

Luciana Kinoshita

DOI 10.22533/at.ed.49820061015

CAPÍTULO 16..... 179

QUANDO A “PUREZA” DA LÍNGUA FORJA A “IMPUREZA” DOS FALANTES NÃO NATIVOS

Marildo de Oliveira Lopes

DOI 10.22533/at.ed.49820061016

CAPÍTULO 17..... 191

ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA ADULTOS OUVINTES NO CURSO INICIANTE DE LIBRAS

Cleusa Regina Cardoso

Luiz Antônio Zancanaro Junior

DOI 10.22533/at.ed.49820061017

CAPÍTULO 18..... 204

MAPEAMENTO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PARA SURDOS E SUAS ORIENTAÇÕES TEÓRICAS REALIZADOS NA CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA DA UNICAP: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Mannix de Azevêdo Ferreira

Wanilda Maria Alves Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.49820061018

SOBRE O ORGANIZADOR..... 214

ÍNDICE REMISSIVO..... 215

EU VOS *ORDENO* MARIDO E MULHER! A MEMÓRIA DISCURSIVA NO DILEMA DA UNIÃO CIVIL NO ESTADO BRASILEIRO

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 10/08/2020

Everaldo dos Santos Mendes

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio
Rio de Janeiro – RJ
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas
Belo Horizonte – MG
<http://lattes.cnpq.br/6102492484900096>

Marildo de Oliveira Lopes

Universidade Federal da Bahia – UFBA
Salvador – BA
<http://lattes.cnpq.br/5032065918548307>

RESUMO: Neste artigo, objetivamos analisar a memória discursivo-religiosa, com especial atenção aos lapsos de memória em falas de um parlamentar do Estado brasileiro, durante um debate sobre o Projeto de Lei Estatuto da Família. Este trabalho se dá à luz da Análise de Discurso de Linha Francesa, a partir dos escritos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Memória discursiva (interdiscurso) é constituída pelos já ditos na história que, no momento da elaboração de um acontecimento discursivo atual, são resgatados, produzindo sentidos. Esta pesquisa é qualitativa, de cunho interpretativista e atravessou o seguinte percurso metodológico: estudo bibliográfico, *download (YouTube)* do vídeo que contém o debate em questão, transcrição com auxílio do Programa *Audacity*, acompanhada de uma

pré-análise e, finalmente, análise detalhada do corpus. Nossos dados revelam que Ronaldo Fonseca, ao defender a legitimidade do PL, que restringe o *conceito de família* à união de um homem, uma mulher e possíveis filhos: (1) resgata o discurso da Constituição Federal (1988) e do Código Civil (2002), no entanto produz dois esquecimentos de memória: os princípios da CF/88 que defendem a dignidade, liberdade e não discriminação por qualquer motivo, e da hermenêutica jurídica adotados pelo Supremo Tribunal Federal na decisão em favor das uniões homoafetivas (2011); (02) o deputado alude à narrativa bíblica do Gênesis (Adão e Eva), como fundante do pensamento judaico-cristão, evidenciando o esquecimento dos outros mitos fundantes da cultura ocidental, como é o caso do mito dos três gêneros humanos, narrado por Aristófanes em *O Banquete*, de Platão. No âmbito do Estado Democrático de Direito, a memória discursivo-religiosa em tela mostra-se seletiva, enviesada na ideologia religiosa do parlamentar, que intenciona impor a todos os cidadãos a sua moral religiosa. Por usurpar os princípios da dignidade da pessoa humana, o direito de amar e de existir, advertimos que deve ser refutada.

PALAVRAS-CHAVE: Memória discursiva, Projeto de Lei Estatuto da Família, Mitos fundantes, Discurso religioso, Estado Democrático de Direito.

I NOW *COMMAND* YOU HUSBAND AND WIFE! THE CIVIL UNION DELEMMA DISCURSIVE MEMORY IN THE BRAZILIAN STATE

ABSTRACT: In this article, we aim to analyze the discursive-religious memory, with special attention to the memory lapses in the speeches of a Brazilian Congressman, during a debate on the Family Statute Bill. This work takes place in the light of the French Discourse Analysis, based on the writings of Michel Pêcheux and Eni Orlandi. Discursive memory (interdiscourse) is constituted by what has already been said in history that, at the moment of the elaboration of a current discursive event, are rescued, producing meanings. This is a qualitative research, of interpretative analysis, that has come through the following methodological path: bibliographic study, download (YouTube) of the video containing the debate under discussion, transcription (along with pre-analysis) by using the software *Audacity* and, finally, a detailed analysis of the corpus. Our data reveal that Ronaldo Fonseca, in defending the legitimacy of the PL, which restricts the *concept of family* to the union of a man, a woman and the couple's possible children: (1) rescues the discourse of the Federal Constitution (1988) and the Civil Code (2002), however it produces two memory lapses: the principles of the Constitution that defend the dignity, freedom and non-discrimination for any reason, and of the legal hermeneutics adopted by the Supreme Federal Court in the decision in favor of the same-sex unions (2011); (02) the congressman alludes to the biblical narrative of Genesis (Adam and Eve), as the founder of Judeo-Christian thought, evidencing that other founding myths of Western culture are forgotten, as is the case of the myth of the three human genres, narrated by Aristophanes in Plato's Symposium. In the context of the Democratic State of Law, the discursive-religious memory investigated is selective, biased in the congressman religious ideology, which intends to impose his religious morality on all citizens. Because it usurps the principles of human dignity, the right to love and to exist, we warn that it must be refuted.

KEYWORDS: Discursive memory, Family Statute Bill, Founding myths, Religious speech, Democratic State of Law.

1 | INTRODUÇÃO

“Eu vos *declaro* marido e mulher”, frase que ceta a união matrimonial, amplamente utilizada em cerimônias de casamentos heterossexuais, serviu de inspiração para essa parte do nosso título “Eu vos *ordeno* marido e mulher [...]”. Politicamente, defendendo a ideia de que tanto o amor como o casamento devem ser livres entre seres humanos adultos e conscientes de suas ações, opomo-nos à imposição social de que o desejo, o amor e o casamento possam acontecer somente no âmbito da heterossexualidade e da cisnormatividade compulsórias. Os seres humanos estão longe de serem apenas divididos na oposição binária homem-mulher. O ser humano é complexo, como revelam os estudos pós-identitários, pós-estruturalistas e com os estudos contemporâneos acerca do gênero e sexualidade (BUTLER, 2003). No entanto, essa visão essencializada e binária ainda se faz fortemente presente nos discursos sobre o que é família, em diversas esferas da vida (individuais, políticas, jurídicas etc.). Grupos religiosos, como é o caso dos parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (além de outros políticos),

apesar de utilizarem textos da Constituição Federal de 1988 ou do Código Civil de 2002 para defender a compulsoriedade do casamento heterossexual, têm como um de seus principais argumentos a narrativa bíblica de Adão e Eva. Esses são resgates de memória discursiva comumente realizados na discussão sobre o que pode ser considerada uma família. Contudo, essa visão religiosa é bastante contraditória com algumas memórias discursivo-filosóficas (acerca da origem do gênero humano) que fundam as sociedades ocidentais. Como elas, muitas vezes, são relegadas ao esquecimento, é a elas que damos especial atenção neste trabalho.

Na obra *O Banquete*, de Platão, são três os gêneros humanos [mítico-origenários], desvelados no discurso de Aristófanes: masculino, feminino e um terceiro — comum a estes dois — palavrado andrógino (PLATÃO, 2016).

Partindo de uma reflexão sobre a natureza e as suas vicissitudes, Aristófanes nos conduz — paideia [παιδεία] — a pensar na origem da inquietação do ser humano e no destino de um *eu* desejante — do desejo — de um *tu*, singularmente considerado (PLATÃO, 2016).

No princípio, os seres humanos possuíam órgãos duplos, formas arredondadas, quatro mãos, quatro pernas, dois órgãos de geração, duas faces, quatro orelhas e uma só cabeça. Platão diz que “[...] o masculino de início era descendente do sol, o feminino da terra, e o que tinha de ambos era da lua, pois também a lua tem de ambos [...]” (PLATÃO, 2016, p. 75).

No que diz respeito ao jeito andar, eram eretos, em qualquer das duas direções que quisesse. Não obstante, quando se lançavam a uma rápida corrida, cambalhotando e virando as pernas para cima faziam uma roda, apoiando-se nos seus oito membros, rapidamente eles se locomoviam em círculo. Por audácia, um dia resolveram atingir o monte Olimpo [Όλυμπος]. Zeus — enfurecido — esfaqueou-os, dividindo-os ao meio. Desde aquele dia, cada metade pôs-se à procura da outra (PLATÃO, 2016).

Existe, pois, um abismo [intransponível] — uma descontinuidade, entropicamente desconsiderada pelo discurso religioso (STEIN, 1985) — entre um *eu* e um *tu* (BATAILLE, 1987). No século XXI, o *discurso religioso-desmemoriado* — perpassado historicamente por lapsos de memória — insiste na teimosia de tornar universais ideias particulares, constituindo um atentado à soberania do Estado Democrático de Direito [laico]. Politicamente, a memória discursiva ocidentalizada revela o inverso: nós vivemos de modo singular, mas ligados a uma cultura universal (MENDES, 2020).

Discursos revelam os ditames que religiões diversas tentam impor às práticas de um Estado, práticas que vêm de longa data na história do mundo. No Brasil, isso não é diferente. Um dos discursos recentes que comprovam essa relação religião-Estado é o Projeto de Lei 6583/2013, ou seja, o PL Estatuto da Família, que tenta restringir, no Brasil, o conceito de família à união entre um homem, uma mulher e seus filhos, quando concebidos no casamento. Esse discurso heterossexista hegemônico, que quer excluir outras configurações familiares, como as famílias homoafetivas.

Neste artigo, objetivamos analisar a memória discursivo-religiosa, com especial atenção aos lapsos de memória em falas de um parlamentar do Estado brasileiro, durante um debate sobre o Projeto de Lei Estatuto da Família, transmitido pelo Repórter Brasil, programa da TV Brasil, em 07 de maio de 2014.¹

Este trabalho se dá à luz da Análise de Discurso de Linha Francesa, a partir dos escritos de Michel Pêcheux (1997, 2006, 2012) e Eni Orlandi (2001; 2005; 2012). Memória discursiva (interdiscurso) é constituída pelos já ditos na história que, no momento da elaboração de um acontecimento discursivo atual, são resgatados, produzindo sentidos. Esta pesquisa é qualitativa, de cunho interpretativista e atravessou o seguinte percurso metodológico: estudo bibliográfico, *download (YouTube)* do vídeo que contém o debate em questão, transcrição com auxílio do Programa *Audacity*, acompanhada de uma pré-análise e, finalmente, análise detalhada do corpus.

Antes de apresentarmos nossa fundamentação teórica em mais detalhes no campo da Análise de Discurso (AD), seguida da análise de nosso corpus, dedicamos a próxima seção para a compreensão de alguns primórdios da cultura ocidental, especificamente acerca dos três gêneros humanos, no discurso de Aristófanes.

2 | O BANHO NO RIO *LÉTHĒ* [Λήθη]

Todas estas, mil anos decorridos

Em grande turba as chama Deus ao Letes,

A fim de que, esquecidas do passado,

Tornem a ver a abóbada celeste

E entrem a desejar volver aos corpos (VIRGÍLIO, 2004, p. 199).

Historicamente, parece-nos os homens de [re]ligião absolutamente não terem percebido o poder do amor [fundamento do cristianismo], que se o percebessem, preparar-lhe-iam os maiores templos e altares — e far-lhe-iam os maiores sacrifícios. Não se pode esquecer de que ele é o deus mais amigo do ser humano, protetor e médico desses males, de cuja cura dependeria a maior felicidade para o gênero humano (PLATÃO, 2016).

Partindo do discurso de Aristófanes, a história dos primórdios da cultura ocidental [grega] mostra que — outrora — nossa natureza era diferente:

[...] Três eram os gêneros da humanidade, não dois como agora, o masculino e o feminino, mas também havia a mais um terceiro, comum a estes dois, do qual resta agora um nome, desaparecida a coisa; andrógino era então um

1. Programa *Repórter Brasil*, TV Brasil. Transmissão ocorrida em 07 de maio de 2014, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CGHlq2uC2lY>. Acesso em 02 ago. 2020.

gênero distinto, tanto na forma como no nome comum aos dois, ao masculino e ao feminino, enquanto agora nada mais é que um nome posto em desonra. Depois, inteiriça era a forma de cada homem, com o dorso redondo, os flancos em círculo; quatro mãos ele tinha, e as pernas o mesmo tanto das mãos, dois rostos sobre um pescoço torneado, semelhantes em tudo; mas a cabeça sobre os dois rostos opostos um ao outro era uma só, e quatro orelhas, dois sexos, e tudo o mais como desses exemplos se poderia supor. E quanto ao seu andar, era também ereto como agora, em qualquer das duas direções que quisesse; mas quando se lançavam a uma rápida corrida, como os que cambalhotando e virando as pernas para cima fazem uma roda, do mesmo modo, apoiando-se nos seus oito membros de então, rapidamente eles se locomoviam em círculo [...] (PLATÃO, 2016, p. 75).

Por terem semelhantes genitores, eles eram assim circulares, tanto eles próprios como a sua locomoção. Terríveis eram a força e o vigor dos seres humanos, com uma grande presunção. Para investir contra os deuses, tentaram fazer uma escalada ao céu (PLATÃO, 2016). Na *Odisseia* [Οδύσσεια], Homero — “poeta soberano” (ALIGHIERI, 2017) — diz de Efiltes e de Otes:

A terra nutridora os fez mais altos, mais
Belos. Órion tão só os superava: aos nove
Anos, possuíam, de largura, nove cúbitos,
de altura, nove braças. Eram tão audazes
que os próprios deuses ameaçaram pelo Olimpo
com multidesagregadora pugna tétrica:
queriam pôr Olimpo acima o Ossa e Ossa
acima o flóreo Pélio, e assim fariam o céu
possível de frequência [...] (HOMERO, 2014, p. 337).

Na pena de Homero, o plano não vinga, porque ambos morreram moços: “[...] leto, belas-tranças, e Zeus geraram quem os mata, antes que tēmporas abaixo aflore a barba e o buço encubra o mento [...]” (HOMERO, 2014, p. 337).

No diálogo de Platão — *O Banquete* —, Zeus e os demais deuses puseram-se a deliberar sobre o que dever-se-ia fazer com os seres humanos — e embaraçavam-se. Não podiam matá-los e — depois de fulminá-los como no caso dos gigantes — fazer desaparecer-lhes a etnia, pois as honras e os templos que lhes vinham dos homens desapareceriam.

Tampouco, permitir-lhes que continuassem na impiedade (PLATÃO, 2016).

Zeus, depois de laboriosa reflexão, decidiu:

[...] 'Tenho um meio de fazer com que os homens possam existir, mas parem com a intemperança, tornados mais fracos. Agora com efeito, continuou, eu os cortarei a cada um em dois, e ao mesmo tempo eles serão mais fracos e também mais úteis para nós, pelo fato de se terem tornado mais numerosos; e andarão eretos, sobre duas pernas. Se ainda pensarem em arrogância e não quiserem acomodar-se, de novo, disse ele, eu os cortarei em dois, e assim sobre uma só perna eles andarão, saltitando' [...] (PLATÃO, 2016, p. 77).

No discurso de Aristófanes, Zeus — logo que o disse — pôs-se a esfriar o ser humano em duas partes, como os que cortam as sorvas para a conserva, ou como os que cortam ovos com cabelo. Mandava, a cada um que cortava, Apolo voltar-lhe o rosto e a banda do pescoço para o lado do corte, a fim de que, contemplando a própria mutilação, o ser humano fosse mais moderado — e quanto ao mais ele também mandava curar. Por conseguinte, torcia-lhes o rosto e — repuxando a pele de todos os lados para o que agora se chama o ventre — fazia uma só abertura, ligando-a no meio do ventre: o umbigo (PLATÃO, 2016).

Pôs-se a polir as outras pregas — numerosas — e a articular os peitos. Para tanto, utilizara um objeto parecido com um instrumento utilizado pelos sapateiros no polimento da forma das pregas dos sapatos. Para lembrança da antiga condição humana, Zeus deixou umas poucas pregas: as que estão à volta do próprio ventre e do umbigo (PLATÃO, 2016).

No processo de individuação, recuperamos a memória discursiva de que a natureza humana, desde que se mutilou em duas, cada um ansiava por sua própria metade e a ela se unia: envolvendo-se com as mãos, enlaçando-se um ao outro, no ardor de se confundirem, morriam de fome e de inércia, por nada quererem fazer distante um do outro. No caso da morte de uma das metades, a que ficava procurava outra, enlaçando-se, independentemente da metade do todo ser masculino ou feminino — e assim iam-se destruindo (PLATÃO, 2016).

Zeus — tomado de compaixão — muda-lhes o sexo para a frente, pois até então eles o tinham para fora, gerando e reproduzindo não um no outro, mas na terra, como no caso das cigarras. Identificamos, então, que

[...] pondo assim o sexo na frente deles fez com que através dele se processasse a geração um no outro, o macho na fêmea, pelo seguinte, para que no enlace, se fosse um homem a encontrar uma mulher, que ao mesmo tempo gerassem e se fosse constituindo a raça, *mas se fosse um homem com um homem, que pelo menos houvesse saciedade em seu convívio e pudessem repousar, voltar ao trabalho e ocupar-se do resto da vida* [grifo nosso] (PLATÃO, 2016, p. 79).

No mito da origem, o amor — desabrochado no desejo do desejo de um ser humano por outro — revela-se *conditio sine qua non* para uma *vida feliz*, restaurador da nossa

antiga natureza, em sua tentativa mais sublime: fazer um só de dois e de curar a natureza humana (PLATÃO, 2016).

Poeticamente, Carlos Drummond Andrade interroga:

Que pode uma criatura senão,

entre criaturas, amar?

amar e esquecer,

amar e malamar,

amar, desamar, amar?

Sempre, e até de olhos vidrados, amar? (ANDRADE, 2012, p. 202).

Nas letras [clássicas], militamos com palavras, resgatadas da memória discursiva ocidentalizada: cada indivíduo, uma tessera complementar de um ser humano, cortado como os linguados, de um só em dois, possui o direito — “direito de gentes” [*jus gentium*] (VATTEL, 2004) — de procurar cada um o seu próprio complemento, em circunstâncias concretas do Estado (PLATÃO, 2016).

Pela excelência das palavras, vale realçar:

[...] Todos os homens que são um corte do tipo comum, o que então se chamava andrógino, gostam de mulheres, e a maioria dos adultérios provém deste tipo, assim como também todas as mulheres que gostam de homens e são adúlteras, é deste tipo que provêm. Todas as mulheres que são o corte de uma mulher não dirigem muito sua atenção aos homens, mas antes estão voltadas para as mulheres e as amiguinhas provêm deste tipo. E todos os que são corte de um macho perseguem o macho, e enquanto são crianças, como cortículos do macho, gostam dos homens e se comprazem em deitar-se com os homens e a eles se enlaçar, e são estes os melhores meninos e adolescentes, os de natural mais corajoso [...] (PLATÃO, 2016, p. 81).

Nas reflexões de Platão, todos os homens que são corte de um macho não são “despudorados”. Pelo contrário, por audácia, coragem e masculinidade acolhem o que lhes é semelhante. Na maturidade, são os únicos homens para a política. Naturalmente, adultos, são os jovens que eles amam, não dando atenção a casamentos e procriação, apesar de serem forçados a isso por lei, mas se contentam em passar a vida um com o outro, solteiros (PLATÃO, 2016).

Platão diz que se diante deles — deitados no mesmo leito — Hefesto surgisse e com seus instrumentos lhes perguntasse:

[...] Que é que quereis, ó homens, ter um do outro?, e se, diante do seu embaraço, de novo lhes perguntasse: ‘Porventura é isso que desejais, ficardes

no mesmo lugar o mais possível um para o outro, de modo que nem de noite nem de dia vos separeis um do outro? Pois se é isso que desejais, quero fundir-vos e forjar-vos numa mesma pessoa, de modo que de dois vos torneis um só e, enquanto viverdes, como uma só pessoa, possais viver ambos em comum, e depois que morrerdes, lá no Hades, em vez de dois ser um só, mortos os dois numa morte comum; mas vede se é isso o vosso amor, e se vos contentais se conseguirdes isso' [...] (PLATÃO, 2016, p. 83).

Existencialmente, depois de ouvir as sábias palavras do deus do fogo e da metalurgia, nem um só diria que não, ou demonstraria querer outra coisa, mas simplesmente pensaria ter ouvido o que há muito estava desejando: *unir-se e confundir-se com o amado e de dois ficarem um só*. Historicamente, o nosso mergulho em águas profundas do Rio *Léthē*, à procura de vestígios da memória discursiva da cultura ocidental, reconduziu-nos — *Alétheia* [ἀλήθεια] — ao arquétipo da totalidade fenomenológico-existencial do ser humano: é que nossa antiga natureza era assim — e nós éramos um todo. Nas práticas das letras, é ao desejo e à procura do todo que se dá o nome de amor (PLATÃO, 2016).

3 | ANÁLISE DE DISCURSO DE LINHA FRANCESA

As rupturas epistemológicas realizadas pelos intelectuais dos anos 1960 na França corroboraram para que os estudos da linguagem ultrapassassem as visões meramente estruturalistas de língua/linguagem. Surge, então, a Análise de Discurso de linha Francesa, tendo como principal representante Michel Pêcheux (1997; 2006; 2012). Embora a Linguística de Ferdinand Saussure (2006) tenha também influenciado esse novo momento, a análise de língua extrapola os limites da estrutura do sistema linguístico saussuriano (composto por signos verbais e regras de combinação). A AD passa a se ocupar não apenas com a significação e relação entre os signos linguísticos, mas com a produção dos *sentidos*, conceito que explicamos mais adiante. No Brasil, Orlandi (2001; 2005; 2012) uma das pioneiras e mais importantes cientistas em AD Francesa no Brasil, tem apresentado importantes contribuições teóricas à área. Orlandi (2005) A autora defende que a linguagem é complexa e múltipla (já que há diferentes formas de linguagem), e não simplesmente transmissão de informação, ou seja, está muito além de ser mero elemento de comunicação.

Saussure (2006), embora tenha reconhecido que a linguagem tem caráter social, dedicou-se ao estudo da língua como sistema abstrato e fechado em si mesmo. Èmile Benveniste (1974)², seguidor de Saussure, apesar de ter feito importantes rupturas com seu Mestre, continuou, de acordo com Orlandi (2005, p. 35) colocando “no plano fundamental (e não no histórico) a linguagem verbal humana”.

Sob a perspectiva da AD, o conceito de linguagem como elemento social, histórico e ideológico, recebeu influências importantes. A primeira delas foi o materialismo

2. BENVENISTE, E. (1974). *Problèmes de Linguistique Générale II*. Gallimard, Paris.

histórico, sobretudo a partir da releitura de Karl Marx, feita por Louis Althusser. A segunda foi dos estudos da Linguística saussuriana (no que diz respeito ao conceito de língua, sua materialidade e funcionamento, embora, em AD o foco se volta para o sentido). A terceira influência é a Teoria do Discurso, que embasa a ideia de que é na relação língua- exterioridade-ideologia-história que os sentidos são produzidos. E, por fim, a AD Francesa bebe também da Psicanálise lacaniana, especialmente no que tange ao atravessamento do inconsciente na linguagem (ORLANDI, 2012).

De acordo com Michel Pêcheux (2006), o discurso (sentido) se materializa tanto em âmbitos estruturais logicamente estabilizados da língua (em materialidades significantes) como são também instanciados espaços do não lógico, do irremediavelmente equívoco, marcados por acontecimentos como: o lapso, os pontos de deriva dos enunciados, os esquecimentos, os atos falhos, entre outros, nos quais o inconsciente se faz presente. Assim,

O real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso [...]. O não idêntico que aí se manifesta pressupõe a *alíngua*, enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significantes na *alíngua* não coincide com o espaço do repetível que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos, do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos. (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 55)

Perpassado pela ideia de que a língua é opaca e não transparente, a noção de discurso é, assim, tanto de estrutura como de acontecimento. De acordo com Gadet e Pêcheux (2004), para compreender os sentidos, é necessário investigar as condições de produção do discurso, a memória discursiva e o contexto sócio-histórico. A AD é, nessa direção, o lócus da interpretação, buscando compreender os diversos sentidos possíveis, que nunca se limitam a uma única interpretação. Os sentidos e os deslizamentos de sentido estão para além do óbvio, do estabilizado, do estruturado, pois são atravessados pelo simbólico, pelo efeito metafórico, aos quais subjazem filiações ideológicas e posições de sujeito. De acordo com Pêcheux (1997; 2006), a língua, em si, não nos conduz aos sentidos de modo direto, tampouco é espelhamento automático do mundo. Essa dimensão de opacidade, não evidencia uma falha no real da língua. Ao contrário, é parte constituinte de um real que extrapola a univocidade lógica.

Em AD Francesa, o sujeito sempre foi sujeito e os sentidos escapa-lhes das mãos. Esse sujeito é assujeitado, atravessado pela ideologia, pelas posições sócio-históricas e institucionais, e tocado pelo inconsciente. No entanto, o sujeito tem a ilusão de ser o proprietário de seu dizer, esquecendo-se que seu discurso é tecido a partir dos elementos mencionados (PECHÊUX, 1997). No entanto, Orlandi (2001) explica que ser assujeitado não significa estar desprovido completamente de autonomia.

O conceito da AD Francesa que mobilizamos em nossa análise é o de *memória discursiva*, que quer dizer: os discursos já ditos na história que são retomados no momento de um acontecimento discursivo. Fonseca-Silva explica a origem desse conceito, dizendo:

[...] Courtine (1981) opera deslocamento do conceito que Foucault (1969) denomina *campo associado* ou *domínio de memória*, para cunhar e fazer funcionar, em seu trabalho, o conceito de *memória discursiva*, que intervém nas materialidades do eixo vertical, ou seja, no nível do interdiscurso (grifo da autora) (FONSECA-SILVA, 2007, p. 23).

Segundo a autora, um enunciado corrente possui uma existência na história, “[...] é tomado no *tempo longo de uma memória*, e as formulações, no *tempo curto da atualidade de uma enunciação*” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 23, grifos da autora). No momento em que um discurso é produzido, ocorre o resgate desses já ditos. Petrusk (2003) explica que, em Courtine (1999)³, existem dois níveis de enunciação, ou seja, um nível vertical (o nível do interdiscurso, dos já ditos na história e esquecidos) e o nível horizontal (o nível da formulação atual). “Compreendemos, assim, a memória discursiva como o efeito da presença do interdiscurso no acontecimento do dizer, na articulação do eixo vertical com o horizontal. (PETRUSK, 2013, p. 42). Nesse sentido, Orlandi (2012) diz:

Junto ao jogo da relação com a exterioridade - pensando-se a exterioridade como constitutiva, isto é, como **memória**, como **interdiscurso** - temos as condições de produção imediatas (circunstância de enunciação) e o contexto sócio-histórico. Como o interdiscurso - a memória afetada pelo esquecimento - é irrepresentável, mas está presente na textualização do discurso, na materialidade textual, nos vestígios deixados pelos gestos de interpretação de seu autor, a escrita do analista tem de lidar com isso, sem apagar (ORLANDI, 2012, p.51-52, grifos nossos).

Neste artigo, compreendemos, a partir de Orlandi (2005; 2012) que memória discursiva é o mesmo que interdiscurso. Para Pechêux (2006), por trás de um enunciado dito, há, historicamente, uma sequência de já ditos com o qual o atual mantém relações.

4 | ANÁLISE DO CORPUS

Para analisarmos a memória discursiva nas falas do parlamentar Ronaldo Fonseca durante um debate televisionado sobre o PL Estatuto da Família, fizemos um recorte do corpus, para apresentar os quatro excertos de maior relevância em nossa discussão. Passemos, então, à análise do excerto (01), a seguir:

3. COURTINE, J.J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, F. (org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

(01)

Jornalista Guilherme Menezes: Deputado, quais foram as bases legais que levaram a essa definição da família como aquela constituída por um homem, uma mulher e os filhos do casamento?

Deputado Ronaldo Fonseca: Bom, o que nós temos hoje na Constituição Federal é muito claro: artigo 226 da Constituição Federal e artigo 1514 do Código Civil. Está claro: o casamento ou a união estável, o casamento civil ou a união estável deve ser entre um homem e uma mulher. Está muito claro na legislação. O que nós temos de legislação hoje é isto que eu disse, está claro, a base é esta. O casamento civil ou a união estável é entre o homem e a mulher. Isto é o que está na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais.

No excerto (01), o Deputado Ronaldo Fonseca resgata os seguintes enunciados:

(a) Art. 226, Parágrafo 3º, da Constituição Federal: *“Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”* (BRASIL, 1988); (b) Art. 1514 do Código Civil: *“O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados”* (BRASIL, 2002). Esses dois instrumentos legais não afirmam que o casamento só pode ocorrer entre *um macho e uma fêmea*, mas entre um homem e uma mulher. Do ponto de vista antropológico, indagamo-nos: quem pode ser considerado homem e mulher? Na Lei, estariam incluídos os homens e as mulheres transexuais? Pessoas intersexuais, caso tenham dupla genitália (e optado por assim manter-se), encaixar-se-ia em qual categoria? No discurso religioso do parlamentar, essas questões não são abarcadas. No âmbito do Estado, constituiu-se problema a transferência do púlpito para o parlamento: manipula-se o texto legislativo sob o crivo da moral religiosa opressora que, historicamente, discrimina, exclui e torna clandestinas intersubjetividades conjugais na sociedade contemporânea. Qual é o projeto de vida político-sexual inclusivo proposto para os LGBTI+?

Depois de Auschwitz e do genocídio de sessenta mil mortos no Hospital Colônia de Barbacena, a nossa consciência política não nos permite mais nem sequer pensar na possibilidade do retorno ao manicômio. Partindo do pressuposto de que a memória discursiva evocada no discurso do parlamentar não alcança a pessoa humana na sua totalidade existencial – de modo subjetivo e intersubjetivo – pensamos que a dimensão sexual do indivíduo é por demais complexa para deixarmos a cargo das instituições religiosas, salvo daquelas que nos seus altares prestam culto, sacrifícios e oferendas para o Amor.

Humanamente, proibir o casamento homoafetivo no âmbito do Estado é uma questão controversa. Para ilustrar isso, apresentamos, a seguir, a refutação que o Deputado Jean Wyllys elabora, durante o mesmo debate na TV Brasil, contra os argumentos do deputado evangélico:

[...] o Supremo Tribunal Federal que é o maior intérprete da Constituição. Na verdade, a Constituição no artigo 226, diz, não sobre o casamento civil mas sobre a união estável que, para fins de proteção do Estado é reconhecida a união estável entre um homem e uma mulher como entidade familiar e, portanto, se refere a união estável entre homem e mulher, união estável heterossexual, mas ela não diz nada sobre a união estável homoafetiva. E foi com base nesse silêncio eloquente, nessa lacuna que o STF diz que o que não é proibido, o que não tá formalmente proibido, é permitido e aí interpretou e estendeu o direito aos casais homoafetivos. Além disso, eles usaram como base pra sua argumentação, é importante lembrar que todos os ministros do STF votaram a favor do reconhecimento da entidade familiar homoafetiva, eles usaram os princípios da Constituição que são superiores ao artigo 226, que é o princípio da dignidade humana, que tá no artigo 1, o princípio que veda a discriminação de qualquer tipo que tá no artigo 5º se eu não me engano, é... não..., o do artigo 5º tá o princípio da igualdade, e os objetivos da república que diz sim que é do Estado o dever de promover o bem de todos sem discriminação de qualquer tipo.

A refutação de Jean Wyllys põe em evidência o primeiro *lapso de memória* discursiva de Ronaldo Fonseca. O primeiro esquecimento é o dos princípios da Constituição Cidadã, contrários ao tratamento diferenciado e discriminatório que o PL Estatuto da Família dispensa para as configurações familiares homoafetivas (além de outras): o princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III); a proibição da discriminação de qualquer espécie (artigo 3º); e o princípio da igualdade (artigo 5º) (BRASIL, 1988).

O segundo esquecimento é que o Supremo Tribunal Federal [STF] é o maior intérprete da Constituição, que está respaldado pelo consenso do sistema jurídico brasileiro e pelo direito contemporâneo que vai além do normativismo. Inclui-se aqui um princípio da hermenêutica: se a lei silencia-se em alguma questão, como é o caso do silêncio que paira sobre o casamento homoafetivo, como não há proibição expressa na lei, logo é permitido. No caso concreto, interpreta-se a lei equiparando-se os sistemas jurídicos. Isso possibilitou a decisão do STF⁴ em 2011 de aplicar, para as uniões homoafetivas, os mesmos direitos das uniões heterossexuais (BARROSO 2011). Posteriormente, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça [CNJ] determinou que os cartórios não podem se negar a realizar o casamento civil homoafetivo.⁵

Percebemos que quando Ronaldo Fonseca recruta, na memória discursiva, o interdiscurso que favorece suas posições, contrárias ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, ele ocupa a posição de sujeito assujeitado (PECHÊUX, 1997; 2006; 2012) por sua posição de religioso conservador, embora não seja um sujeito totalmente amarrado (ORLANDI, 2001) e sem consciência do que ele diz. É a partir desse lugar institucional

4. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), em maio de 2011, decide reconhecer a união estável para casais do mesmo sexo. Isso foi deliberado no julgamento da *Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277* e a *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132*.

5. *Resolução n. 175/2013*, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

(membro da bancada religiosa) que ele arquiteta estrategicamente seu discurso, ação que, embora possa não ser totalmente premeditada, não é isenta de deliberação, de vontade, de um certo nível de consciência, ao mesmo tempo que elementos inconscientes recalcados possam atravessar esse acontecimento discursivo. Para confirmar nossas hipóteses de que há, no discurso do deputado pastor, a evocação de uma memória discursivo-religiosa, apresentamos o excerto (03) de nosso corpus.

(03)

Jornalista Guilherme Menezes: Para além da questão legal eu queria ouvir agora o deputado Ronaldo Fonseca, eh, o que que justifica essa visão que o senhor sustenta para além da questão legal, do ponto de vista, eh, do entendimento que o senhor tem do mundo, o que é que justifica?

Deputado Ronaldo Fonseca: [...] além, além da questão legal nós temos a questão natural, uai, eu entendo como família constituído o núcleo familiar por papai, homem, mamãe, mulher, e esta é questão natural, esta é questão natural, a natureza já diz isto, que é um homem e uma mulher, o que estiver fora disto está um outro padrão e é o que nós queremos discutir isto com a sociedade. Quem precisa dar a última palavra é a sociedade e a sociedade está clamando por uma resposta porque na verdade o que é o conceito de família hoje? Nós precisamos dar uma resposta pra sociedade e é isso que o Congresso Nacional estará fazendo agora no debate da...do Estatuto da Família.

No excerto (03) Ronaldo Fonseca, ao dizer *“eu entendo como família constituído o núcleo familiar por papai, homem, mamãe, mulher, e esta é questão natural, esta é questão natural, a natureza já diz isto”*, nos remete a uma arqueologia da memória discursiva. Troçamos, então, em dois mitos fundantes da origem da humanidade na cultura ocidentalizada: a narrativa de Adão e Eva [*Bíblia*, Gênesis] e o mito dos três gêneros da humanidade [Platão, *O Banquete*].

No mundo bíblico, o resgate da memória discursiva do parlamentar evangélico alude a um discurso religioso [judaico-cristão] que deita raízes na narrativa da criação no livro do Gênesis. Na Bíblia de Jerusalém, lê-se: “No dia em que Deus criou Adão, ele o fez à semelhança de Deus. Homem e mulher ele os criou, abençoou-os e lhes deu o nome ‘Homem’, no dia em que foram criados” [Gn 5,1-2]. Iahweh Deus modelou o homem com a argila do solo, insuflou em suas narinas hálito de vida e o homem se tornou um ser vivente [*nefesh*]. De acordo com o relato bíblico, “Iahweh Deus disse: ‘Não é bom que o homem esteja só. Vou fazer uma auxiliar que lhe corresponda’ [Gn 2,18]. Iahweh Deus modelou do solo todas as feras selvagens e todas as aves do céu e as conduziu ao homem para ver como ele as chamaria: cada qual devia levar o nome que o homem lhe desse. Depois de nomeá-las, o homem não encontrou auxiliar que lhe correspondesse. Iahweh Deus fez cair um torpor sobre o homem, adormecendo-o. Tomou, então, uma de suas costelas e

fez crescer carne em seu lugar. Por conseguinte, da costela que tirara do homem, lahweh Deus modelou uma mulher e a trouxe ao homem, que exclamou: “Esta, sim, é osso de meus ossos e carne de minha carne! Ela será chamada ‘mulher’ [*îsha*], porque foi tirada do homem [*îsh*]” [Gn 2,23]. O homem chamou a sua mulher “Eva” [*Havvah*]: mãe de todos os viventes [Gn 3,20].

No mundo grego, o mito dos três gêneros da humanidade (masculino, feminino e andrógino), narrado por Aristófanos em *O Banquete*, de Platão, nos faz pensar na origem da inquietação humana e no destino de sermos desejantes de um outro ser. Debruçando-nos sobre esse mito, identificamos que os homens tinham na sua origem os órgãos duplos, formas arredondadas, quatro mãos, quatro pernas, dois órgãos de geração, duas faces, quatro orelhas e uma só cabeça. Três eram os gêneros da humanidade, distintos: masculino (Hélio), feminino [Géia] e o andrógino [Selene]. No discurso de Aristófanos, os humanos eram arredondados como os astros seus progenitores – sol, terra e lua –, o que os tornava robustos e muito velozes. Zeus, enfurecido, esfaqueou-os, dividindo-os em duas partes. Desse dia em diante, cada metade – desesperadamente – pôs-se à procura da metade que lhe falta (PLATÃO, 2016).

Nos primórdios da cultura ocidental, a Grécia constitui o berço da civilização. Na *paideia* grega, escavamos o cânon mítico-filosófico-literário: *Iliada* e *Odisseia*, de Homero. Na *Teogonia*, Hesíodo discorre sobre a origem dos deuses. Por volta do século VII a.C., surgem os pré-socráticos. Posteriormente, Sócrates (o pai da filosofia), Platão e Aristóteles.

No século IV da era cristã, a cosmovisão metafísico-religiosa medieval voltou-se para o modo de conceber e de fazer filosofia dos mestres da cultura ocidental. Participe do “milagre grego”, a questão religiosa, especialmente via Igreja Católica, que foi constituída por Constantino como forma oficial de religião, tendo por base doutrinária as tradições judaico-cristãs. No cenário da mediação filosófica, este fato punha a revelação religiosa como um elemento novo: a experiência religiosa, que fora oficializada, necessitava de suporte filosófico para sua vigência histórica (LUCKESI; PASSOS, 1996).

No Medievo, não havia mais possibilidade para Santo Agostinho e São Tomás de Aquino que a de filosofar em constante confrontação com Platão e Aristóteles. Na Patrística escolástica, mantém-se a narrativa do gênesis. Pouco mais de duzentos anos após a morte de São Tomás de Aquino, inaugura-se uma época de transformações radicais no mundo ocidental: o Renascimento.

Por volta de 1300, Dante escreve a *Divina Comédia*; entre 1475 e 1478, Leonardo da Vinci pinta o quadro da *Anunciação*; em 1484, Boticelli pinta o *Nascimento de Vênus*; em 1501, Michelangelo esculpe o *Davi*; em 1513, Maquiavel escreve *O Príncipe*. No ano de 1543, Copérnico causa uma revolução no conhecimento humano, mostrando que nosso planeta não é centro do universo. Por conseguinte, Galileu estuda a queda dos corpos, realizando as primeiras experiências da física moderna [1610]. Renè Descartes publica *Discurso sobre o Método* em 1637 (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Por este caminho, coube-nos indagar: no que tange às questões de sexualidade e gênero, a que nos remete a memória discursiva judaico-cristã evocada por Ronaldo Fonseca?

Evidentemente, o que prevalece no regate de memória de Ronaldo Fonseca é a narrativa de Adão e Eva, ocorrendo um *terceiro esquecimento* privilegiou-se Isso nos leva ao *terceiro esquecimento* da memória discursiva nos argumentos de Ronaldo Fonseca, isto é, o lapso de memória acerca de outros mitos fundantes do Ocidente, como é o caso do mito contado em *O Banquete* por Aristófanos.

Pós-Renascimento, o discurso hegemônico ocidental do binarismo homem-mulher tem, por muito tempo, influenciado visões essencialistas acerca das identidades sexuais e de gênero. Com o advento do dispositivo da sexualidade, criado com os discursos médico-jurídicos a partir do século XIX, qualquer forma de sexualidade que se encontre fora da norma heterossexual passou a ser vista como desviante, anormal, patológica (FOUCAULT, 1988). Concebendo as uniões homossexuais como um “problema”, O parlamentar diz:

(04)

Deputado Ronaldo Fonseca: Agora... o que estão querendo impor, nós não podemos aceitar a ditadura de uma minoria que quer dizer o seguinte: família no Brasil tem de deixar de ser a família natural. [...] Se dois homens querem viver junto, se duas mulheres querem viver junto, problema deles.

No século XXI, deu-se “[...] que, certo dia, nosso pai mandou fazer para si uma canoa” (ROSA, 1988, p. 32) — “[...] e esquecer não posso, do dia em que a canoa ficou pronta” (ROSA, 1988, p. 32). Não temos em nós “os perfumes do azul” (BARROS, 2001), para colocar o homem civilizado ocidental diante de seus próprios absurdos. No princípio nós éramos um todo (PLATÃO, 2016). Nossa militância está posta: desejamos — desejo que põe em ação o nosso aparelho psíquico — reconstruir um mundo de seres racionais, humanos em *potência* (inacabados), que possam entrar em *ato* numa humanidade ainda possível. Para tanto, arriscamo-nos com palavras.

Na *Comédia*, Dante chega com Virgílio à entrada do Inferno. Dante se assombra com a inscrição severa que lê sobre o portal: “DEIXA TODA ESPERANÇA, Ó VÓS QUE ENTRAIS” (ALIGHIERI, D. *A Divina Comédia*, Inferno, III).

[...] Dante — reconfortado por Virgílio — adentra o átrio do Inferno, onde são punidos os ignavos, os que não praticaram o Mal, mas também foram relaxados na escolha do Bem. Estes são picados por nuvens de vespas e obrigados a correr sem parada atrás de uma insígnia [...] (MENDES, 2020, p. 28).

Politicamente, opor-se nas práticas das letras à discriminação com base na orientação sexual é uma questão de justiça. Não há na memória discursivo-religiosa um dispositivo que nos remeta à questão fundamental de que somos todos — *todos nós* —

parte da família de Deus? No seio da humanidade, nós devemos ter o direito de amar um ao outro com honra. Por não acolhermos com *gratuidade* o amor de Deus, deixamo-nos contagiar por atitudes farisaicas, que se materializam em discursos religioso-políticos — de extrema-direita — que possuem objetivos bem delineados: perseguir e eliminar da face da terra pessoas humanas LGBTI+. Tratamos esses indivíduos como párias, afastando-os de qualquer comunidade. Mais do que isso: fazemos com que eles duvidem do fato de serem filhos de Deus (TUTU, 2012). Isso é o mais perto que podemos chegar da blasfêmia absoluta. Na verdade, culpamos o próximo pelo que ele é. Pensamos que a religião não tem o direito de tornar a dor do outro mais dolorosa. Tampouco jogar sal nas feridas humanas (TUTU, 2012). Na vida é assim: “o que não se pode falar, deve-se calar” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 129).

Portanto, senhores guardiões de rebanhos: “[...] a vida não é entendível [...]” (ROSA, 2015, p. 124), a não ser por meio da escuta da história pessoal — historiobiografia — de indivíduos concretos, singularmente considerados, tecida e narrada em primeira pessoa. Na tradição judaico-cristã, a teologia começa nos ouvidos: ouçamos Deus na escuta do ser humano. Para irmos à corda que faz vibrar Deus na pessoa humana, constitui *conditio sine qua non* a vivência *sui generis* da entropatia, que quer dizer sentir a existência de um outro ser (LGBTI+), humano como eu — uma apreensão de semelhança imediata (MENDES, 2020).

Pensamos que a porta da experiência cristã de Deus é a oração, que produz obras. Diante do Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, o clamor político-religioso é pelo Reino de Deus, desabrochado em justiça e caridade. No Estado Democrático de Direito, os representantes de Deus — oficializados por meio de decretos eclesiásticos — quando eleitos representantes do *povo* [elemento do Estado] têm uma sacra missão: reconciliar o ser humano da sociedade contemporânea — inadimplente [uma dívida histórica, inestimável em pecúnia] — com os indivíduos “LGBTI+”, conferindo-lhes a mesma a dignidade sexual que gozam as pessoas ditas “heterossexuais” e reconduzindo-os à comunidade de todas as pessoas humanas: Humanidade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise da memória discursiva em falas de um parlamentar da Frente Parlamentar Evangélica, durante um debate televisivo sobre o Projeto de Lei Estatuto da Família [PL 6583/03], evidencia que, ao mesmo tempo que ocorre o resgate de uma memória discursiva, há também esquecimentos. Assim, o deputado Ronaldo Fonseca elabora um discurso que, marcado por lapsos de memória, (re)produz sentidos [religiosos] que se opõem à possibilidade de os LGBTI+ constituírem famílias e serem abarcados pelo Estado brasileiro. Este ato, com base em toda argumentação que esboçamos neste artigo, é politicamente incoerente, ilegítimo, inconstitucional, injusto e desumano.

Desmond Tutu — segundo negro na história a ganhar o Prêmio Nobel da Paz, em 1984 —, certa vez questionado por um estudante se pudesse ter atendido a um pedido de reverter a injustiça, que injustiça seria, respondeu-lhe que teria que pedir por duas injustiças: [1] que os líderes mundiais perdoassem as dívidas dos países em desenvolvimento, o que perpetua a situação de cativo; [2] que o mundo encerrasse a perseguição às pessoas por causa da orientação sexual, que é tão absolutamente injusta quanto ao *apartheid*, um crime contra a humanidade, singularmente considerada (TUTU, 2012).

As igrejas costumam dizer que a expressão do amor em um relacionamento heterossexual monogâmico inclui a expressão física — o toque, um abraço, o contato genital; a totalidade do amor humano faz com que as pessoas se tornem cada vez mais semelhantes a Deus e compassivas. Pois se isso acontece para o heterossexual, que razões mundanas seriam usadas para sustentar que o mesmo não acontece para o homossexual? (TUTU, 2012, p. 72-73).

Na gênese, nós éramos um só. Por causa da nossa injustiça, fomos separados por Zeus, como o foram os árcades pelos lacedemônios. No século XXI, se não formos moderados para com os deuses, de novo sejamos fendidos em dois, e perambulamos tais quais os que nas esteiras estão talhados de perfil, serrados na linha do nariz, como os ossos que se fendem (PLATÃO, 2016).

Todo ser humano é inestimável (TUTU, 2012). Portanto, em vista dessas eventualidades, todo ser humano deve a todos exortar à piedade para com os deuses, a fim de que evitemos uma e alcancemos a outra, pois o amor é o motor da existência humana, que nos dirige e comanda. No existir humano, que ninguém em sua ação se lhe oponha — “[...] e se opõe todo aquele que aos deuses se torna odioso [...]” (PLATÃO, 2016, p. 85) —, pois amigos do deus, reconciliados com ele, descobriremos e conseguiremos o nosso próprio amado (PLATÃO, 2016). No discurso de Aristófanes, *todos* estão incluídos: masculino, feminino e andrógino. Pensamos que só assim nossa etnia tornar-se-ia feliz, “[...] se plenamente realizássemos o amor, e o seu próprio amado cada um encontrasse, tornado à sua primitiva natureza [...]” (PLATÃO, 2016, p. 85). Nos nossos dolorosos dias, o que mais se lhe avizinha revela-se o melhor — e é este o conseguir um bem-amado de natureza conforme ao seu gosto (PLATÃO, 2016).

Por tudo isto, se fôssemos glorificar o deus responsável, merecidamente glorificaríamos o amor, que nos fez “[...] fixar nossa atenção *nas coisas mesmas* [...]” (STEIN, 2003, p. 590),⁶ esperando-nos para o futuro, se formos piedosos para com os deuses, de restabelecer-nos em nossa primitiva natureza e — depois de nos curar — fazer-nos bem-aventurados e felizes (PLATÃO, 2016).

6. “[...] fijar nuestra atención *en las cosas mismas* [...]” (STEIN, 2003, p. 590). [Tradução livre].

REFERÊNCIAS

- ALIGHIERI, D. **A Divina Comédia** — Inferno. Trad. Ítalo Eugenio Mauro. 4. ed. São Paulo: 34, 2017.
- ANDRADE, C. D. de. **Antologia Poética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BARROS, M. **O Fazedor de amanhecer**. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.
- BARROSO, Luís Roberto. Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n. 17 – jan./jun. 2011.
- BATAILLE, G. **Erotismo**. Porto Alegre: LPM, 1987.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2008.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2015/art_226_.asp. Acesso em 02 ago. 2020.
- _____. Casa Civil. **Código Civil de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em 02 ago. 2020.
- _____. Câmara dos Deputados. **PL 6583/2013**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005> acesso em 07 ago. 2020.
- BUTLER, B. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FONSECA-SILVA, M^a. Da C. Mídia e lugares de memória discursiva. In: FONSECA-SILVA, M^a. Da C. e POSSENTI, Sírio (orgs.). **Mídia e Rede de Memória**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007, p. 11-37.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Tradução: Bethânia Mariani e Marua Elizabeth Chaves de Melo – Campinas – Ponte, 2004.
- HOMERO. **Odisseia**. Trad. Trajano Vieira. 3. ed. São Paulo: 34, 2014.
- LUCKESI, C. L.; PASSOS, E. S. **Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- MENDES, E. S. **O Estado em Edith Stein: uma reflexão onto-teológico-política da “comunidade estatal” na contemporaneidade**. 2020. 614 f. Tese [Doutorado em Teologia]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — PUC-Rio, Rio de Janeiro [RJ], 2020.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. (2005). Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *RUA*, 1(1), 35-47. <https://doi.org/10.20396/rua.v1i1.8638914>.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. – 4ª edição – Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi – Campinas, SP: 3ª Edição – Pontes, 2012.

PETRUSK, L.S.S. **Uma análise Linguístico-discursiva de sujeitos que gaguejam participantes de terapia fonoaudiologia em grupo**. 2013. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

PLATÃO. **O Banquete**. Trad. José Cavalcante de Souza. São Paulo: 34, 2016.

ROSA, J.G. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ROSA, J. G. **Grande sertão**: Veredas. 21. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

STEIN, E. **Il problema dell'empatia**. Trad. E. Costantini e E. S. Costantini. Roma: Studium, 1985.

_____. Estructura de la Persona Humana. In: _____. **Obras completas, IV**: escritos antropológicos y pedagógicos [magistério de vida cristiana, 1926-1933]. vol. 4. Trad. Francisco Javier Sancho, OCD; José Mardomingo; Constantino Ruiz Garrido; Carlos Díaz; Alberto Pérez, OCD; Gerlinde Follich de Aginaga. Vitória: El Carmen; Madrid: Espiritualidad; Burgos: Monte Carmelo, 2003.

TUTU, D. **Deus não é cristão e outras provocações**. Trad. Lilian Jenkino. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012.

VATTEL, E. de. **O direito das gentes**. Trad. Vicente Marotta Rangel. Brasília: Universidade de Brasília – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

VIRGÍLIO. **Eneida**. Trad. José Victorino Barreto Feio e José Maria da Costa e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambientes Virtuais de Aprendizagem 131, 132, 135, 139

Aprendizagem 24, 29, 32, 41, 60, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 152, 153, 156, 158, 159, 162, 163, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202

B

Bakhtin 12, 21, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 160, 163

Blogs 47, 121

D

Discurso 1, 2, 3, 43, 46, 47, 51, 53, 55, 57, 58, 68, 70, 81, 83, 86, 90, 91, 96, 101, 102, 103, 105, 109, 110, 119, 121, 122, 123, 129, 130, 140, 179, 180, 186, 189, 190

Discurso Jurídico 57, 70, 72, 73, 81

Discurso Médico 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

E

Ensino Médio 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 112, 114, 119, 141, 142, 143, 144, 146, 148, 149, 150, 153, 156, 157, 161, 168, 169, 176

Escola 4, 25, 26, 33, 34, 37, 39, 41, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 153, 156, 157, 158, 160, 167, 168, 169, 170, 171, 177, 208, 214

Estrutura 2, 2, 7, 8, 9, 19, 25, 33, 38, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 66, 79, 90, 91, 101, 105, 117, 123, 160, 163, 178, 181, 192, 193, 196, 199, 202, 204, 206, 209

F

Fonoaudiologia 101, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213

G

Gênero Textual 24, 73

Gramática 9, 11, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 28, 31, 32, 33, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 79, 80, 161, 184, 196, 197

I

Identidade 1, 7, 8, 13, 49, 100, 137, 139, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 214

Ideologia 3, 4, 5, 43, 44, 45, 46, 52, 54, 55, 56, 58, 64, 66, 72, 83, 91, 106, 109, 122, 123,

129, 133, 137, 140, 183

L

Letras 2, 16, 21, 24, 62, 89, 90, 97, 100, 119, 130, 141, 143, 157, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 190, 199, 207, 214

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213

Língua Inglesa 111, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 171, 181, 182, 184, 187, 189

Linguística 2, 2, 11, 19, 21, 22, 23, 33, 43, 48, 70, 71, 73, 76, 79, 81, 90, 91, 101, 105, 112, 115, 116, 121, 122, 123, 129, 163, 179, 180, 185, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 203, 206, 214

Literatura 10, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 40, 119, 168, 170, 214

Livros Didáticos 24, 25, 26, 27, 29, 183

Ludicidade 6, 159, 160, 161, 162, 163

M

Memória 1, 2, 3, 9, 53, 65, 67, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 100, 115, 117, 123, 181, 184, 199, 210

N

Novas Tecnologias 44, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 120, 121, 123, 129, 135, 140, 144, 151, 152, 153

P

Pronome 10, 13, 17, 18, 20, 21, 127, 135

S

Sociolinguística 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Sujeito 1, 3, 4, 5, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 79, 91, 94, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 112, 113, 115, 117, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 159, 181, 189, 206

Surdo 191, 193, 194, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207

Letras e Linguística: Estrutura e Funcionamento 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Letras e Linguística: Estrutura e Funcionamento 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 